recolher aos cofres municipais, devidamente atualizada, a importância de R\$-633.334,75 (seiscentos e trinta e três mil, trezentos trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), referente ao valor lançado à Conta "Agente Ordenador", em função de divergências no demonstrativo financeiro;

II – Determinar, ainda, que o Ordenador de Despesas recolha ao FUMREAP, de acordo com o Art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, as multas, nos seguintes valores:

- R\$-500,00 (quinhentos reais), nos moldes do Art. 120-B, II, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (inferior a 30 dias), vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

- R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 120-B, §1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; pelo não envio da prestação de contas do Fundo por meio magnético, em separado das contas da Prefeitura; e, pela não remessa do Termo de Conferência de Caixa, além dos extratos bancários do mês de dezembro, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

- R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do Art. 120-A, II, do RI/TCM, pela contratação de serviços, no montante de R\$-934.196,92, para atender atividades permanentes e contínuas da Administração, contrariando o Art. 37, II, da Constituição Federal, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

- R\$-5.000,00 (cinco mil reais), cm fundamento no Art. 120, II, Paragrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas, no montante de R\$-605.497,49, sem o competente processo licitatório, descumprindo os Artigos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

III – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que julgar cabíveis, na forma do Art. 78, da Lei Complementar nº 84/2012;

IV – Ressaltar que o não pagamento das multas cominadas, incorrerá na aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.719, DE 06/12/2016

Processo nº 320082005-00 (200604492-00)

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé-Açu

Assunto: Prestação de Contas de 2005

Responsável: Diana Maria Guimarães de Paula

Instrução: Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva/Auditora Adriana Oliveira/6ª Controladoria

Relator: Conselheiro Aloísio Chaves

EMENTA: Prestação de Contas. FMAS de Igarapé-Açu. Exercício de 2005. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 149 a 154 dos autos.

Decisão: I – Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé-Açu, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Diana Maria Guimarães de Paula, nos termos do Art. 52, II, §2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referida Ordenadora recolher aos cofres municipais, devidamente atualizada, a importância de R\$-80.377,23 (oitenta mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos), referente ao valor lançado à Conta "Agente Ordenador";

II – Determinar, ainda, que a Ordenadora recolha ao FUMREAP, de acordo com o Art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes valores:

- R\$-500,00 (quinhentos reais), nos moldes do Art. 120-B, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação dos 2º e 3º quadrimestres, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

- R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 120-B, §1º, do RI/TCM-PA, pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social; não remessa do Termo de Conferência de Caixa; e, não envio dos Termos de Conciliações Bancárias do mês de dezembro/2005, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

III – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que julgar cabíveis, na forma do Art. 78, da Lei Complementar nº 84/2012;

IV – Ressaltar que o não pagamento das multas cominadas,

incorrerá na aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.720, DE 06/12/2016

Processo nº 320042005-00 (200602478-00)

Origem: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Igarapé-Açu

Assunto: Prestação de Contas de 2005

Responsável: Paulo Sérgio da Costa Carrera

Instrução: Auditora Adriana Oliveira/6ª Controladoria

Relator: Conselheiro Aloísio Chaves

EMENTA: Prestação de Contas. SAAE de Igarapé-Açu. Exercício de 2005. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 62 a 66 dos autos.

Decisão: I – Negar aprovação às contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Igarapé-Açu, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Paulo Sérgio da Costa Carrera, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II, e §2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referido Ordenador recolher aos cofres municipais, devidamente atualizada, a importância de R\$-14.800,27 (quatorze mil, oitocentos reais e vinte e sete centavos), referente ao valor lançado à Conta "Agente Ordenador", em função de divergências na inscrição de Restos a Pagar;

II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que julgar cabíveis, na forma do Art. 78, da Lei Complementar nº 84/2012.

ACÓRDÃO Nº 29.722, DE 06/12/2016

Processo nº 1382012010-00

Origem: Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB de Nova Ipixuna

Assunto: Prestação de contas do exercício de 2010

Responsável: Sebastião Damascena Santos

Relator: Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: *Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB de Nova Ipixuna. Exercício de 2010. Prestação de contas. Pela não aprovação. Aplicação de multa. Encaminhar cópia dos autos ao M.P. Estadual.*

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Negar aprovação à prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB de Nova Ipixuna, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Sebastião Damascena Santos, que deverá recolher ao FUNREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelas contas irregulares em função de despesas realizadas sem processos licitatórios, com base no Art. 57, da LC Estadual nº 084/2012.

ACÓRDÃO Nº 29.723, DE 06/12/2016

Processo Nº 1294202013-00

Classe: Prestação de Contas

Procedência: Fundo Municipal de Microcrédito de Vitória do Xingu 2013

Responsável: Sérgio Lopes de Oliveira

Contador: Maria do Socorro Rodrigues Figueiredo

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público: Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDO MUNICIPAL DE MICROCRÉDITO DE VITÓRIA DO XINGU. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013. MULTA PELA REMESSA INTEMPESTIVA DO 1º E 3º QUADRIMESTRES. CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas do Sr. Sérgio Lopes de Oliveira, ordenador de despesas do Fundo Municipal de Microcrédito de Vitória do Xingu, referente ao exercício de 2013, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às fls. 199/200.

Decisão: Considerar regulares com ressalva, as contas prestadas em favor de Sérgio Lopes de Oliveira, sem o prejuízo da aplicação da multa supracitada.

ACÓRDÃO Nº 29.724, DE 06/11/2016

Processo Nº 141762013-00

Classe: Prestação de Contas

Procedência: Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém – BELEMTUR

Interessado: Maikenn Emanuel Santos de Sousa

Instrução: 3º Controladoria

Ministério Público: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. COORDENADORIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELÉM - BELEMTUR. EXERCÍCIO DE 2013. MULTA PELA IRREGULARIDADE EM PROCESSOS LICITATÓRIOS. CONTAS JULGADAS IRREGULARES. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da prestação de contas do Senhor Maikenn Emanuel Santos de Sousa, Ordenador de despesas do Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém – BELEMTUR, exercício financeiro de 2013, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 69/72, aprovados por unanimidade.

Decisão: Considerar irregulares as contas prestadas por Maikenn Emanuel Santos de Sousa, que passa a integrar esta decisão.

Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.730, DE 06/12/2016

Processo nº 201114017-00 (201113023-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Marabá

Interessado(a): Associação dos Moradores da Vila União e Comunidades Vizinhas

Assunto: Prestação de contas de Convênio do Ex/2011

Responsável: Joélio Rodrigues de Almeida

Relator: Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: *P.M. de Marabá / Associação dos Moradores da Vila União e Comunidades Vizinhas. Exercício de 2011. Prestação de contas de Convênio. Pela não aprovação. Aplicação de multa e recolhimento corrigido. Na hipótese da recusa do recolhimento, notificar o MP Estadual.*

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Negar aprovação à prestação de contas de Convênio firmado entre a PM de Marabá e a Associação dos Moradores da Vila União e Comunidades Vizinhas, exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. Joélio Rodrigues de Almeida, que deverá recolher no prazo de 30(trinta) dias, aos cofres municipais, R\$-13.968,82 devidamente corrigido e deverá comprovar o recolhimento no prazo de 60(sessenta) dias, nos termos do Art. 287, do RI-TCM/PA; e, multa de R\$-2.793,76, correspondente a 20% do valor do dano, corrigido a data do pagamento, nos termos do Art. 58, da LC nº 84/2012.

ACÓRDÃO Nº 29.755, DE 13/11/2016

Processo nº 370012009-00

Classe: Prestação de Contas de Gestão

Procedência: Prefeitura Municipal de Itupiranga

Interessado: Benjamin Tasca

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009. CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas do Sr. Benjamin Tasca, Prefeito e ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Itupiranga, referente ao exercício de 2009, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às fls. 212/225.

Decisão: Considerar regulares com ressalva, as contas prestadas